



**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS, SOB A ÓTICA ACADÊMICO-CIENTÍFICA,
CONCENTRADAS NA ESFERA DA CIÊNCIA POLÍTICA, DA GEOPOLÍTICA E DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BEATRIZ MARIA SOARES PONTES
(ORGANIZADORA)**

**RAQUEL NICOLAU DA SILVA
(ASSESSORIA TÉCNICA E ACADÊMICO-CIENTÍFICA)**

NATAL – RN

2019

A NOVA ORDEM MUNDIAL

NEW WORLD ORDER

Beatriz Maria Soares Pontes¹

Resumo

Através da análise levada a termo sobre a Nova Ordem Mundial, observou-se a emergência do sistema unipolar, tendo como representante máxima, a hiperpotência dos Estados Unidos da América. Esta situação estendeu-se do final da Guerra Fria até o presente momento. Entretanto, notam-se mudanças significativas no mundo contemporâneo, envolvendo o contexto econômico global, movimentos separatistas, movimentos sociais expressos em protestos violentos, com a finalidade de advogar reivindicações socioeconômicas e políticas. Apesar da potência hegemônica intervir nos assuntos internos de outras nações, estabelecer pesadas sanções econômicas sobre os países que, não obrigatoriamente, com ela concordam, apesar do extremo radicalismo ideológico que chega a confrontos violentos, ainda, levando-se em conta o poder irrefutável do sistema técnico-científico-informacional, já se começa a perceber situações, em que se pode identificar os primeiros indícios de questionamentos a respeito de uma hiperpotência comandando o mundo. A República Popular da China emerge como grande potência mundial e sua influência já é notada em várias áreas do mundo. Pergunta-se, então, se o mundo vai prosseguir como está ou vai tornar-se multipolar, apesar das suas diferenças quanto ao poder.

Palavras-Chave: Guerra Fria. Unipolaridade. Hegemonia Suprema. República Chinesa. Mudanças Globais.

Abstract

Through the analysis carried out about the New World Order, the emergence of the unipolar system was observed, having as its maximum representative the hyperpower of the United States of America. This situation has been extended from the end of the Cold War until the present moment. However, significant changes are noted in the contemporary world, involving the global economic context, separatist movements, social movements expressed in violent protests, with the purpose of advocating socioeconomic and political claims. Although the hegemonic power interferes in the internal affairs of other nations, and establish heavy economic sanctions on countries that do not necessarily agree with it, despite the extreme ideological radicalism that leads to violent confrontations, taking into account the irrefutable power of the country technical-scientific-informational system, it has already begun to be perceived, the first questioning signs about the hyperpower commanding the world. The Popular Republic of China emerges as a major world power and its influence is already noted in many areas of the world. That question that can be made is, if, whether the world will remain as it is, or if it will become multipolar, despite their differences in power.

Keywords: Cold War. Unipolarity. Supreme Hegemony. Chinese Republic. Global Changes.

¹ Livre-Docente pela UNESP (2008) e Profa. Titular aposentada da UFRN.

Introdução

A constituição da grande coligação internacional que, sob a liderança dos EUA, conduziu a intervenção militar contra o Iraque, com o nome de Código Tempestade no Deserto, seria o primeiro sinal da emergência da América como única superpotência sobrevivente da Guerra Fria que, por um progressivo distanciamento das restantes grandes potências, iria conquistar o Estatuto de hiperpotência e, daria o tom a um novo sistema unipolar, que evoluiria num ambiente internacional de crise permanente, aliás, próprio das fases de transição.

Em 1990, a Nova Ordem Mundial nascente estava, exatamente, numa total indefinição.

O sentido que o fim do sistema bipolar e a evolução da Ordem Mundial tomaram, contrariou a generalidade das previsões dos analistas da Guerra Fria. Afirmou-se que, então, se confrontavam duas grandes tendências.

Uma, partilhada pela maioria dos autores, considerava que a lógica apontava para que do sistema bipolar, resultasse um sistema multipolar. E, previam até, que este se caracterizasse por uma penta polaridade, cujos polos seriam os EUA, a União Europeia, a ex-URSS, a República Popular da China e o Japão. Esta perspectiva quase recuperava as pan-regiões da Escola de Monique, que com as novidades da União Europeia ocupar a posição que tinha sido reservada à Alemanha e, a emergência da República Popular da China, como um novo centro de poder.

Outra, com algum impacto, a partir da década de 1960, ficou conhecida pela convergência dos sistemas. Os dois polos do sistema tenderiam a aproximar-se, sem nunca chegarem a confundir-se. O bloco Leste, atenuaria a sua rigidez centralizada de economia planificada e, conheceria uma abertura política, enquanto, o bloco ocidental evoluiria para uma intervenção do Estado, numa economia mais planificada e, com papel reforçado em domínios da área social. Ambos, incitariam uma escalada desarmamentista, diminuindo os riscos de confrontação e, promoveriam um abaixamento do clima de tensão, no que ficou conhecido pela política da *détente*, desanuviamento que constituíam uma nova forma de encarar a coexistência pacífica, sempre acolhida com algumas reservas no Ocidente.

As presidências de James Carter, nos EUA e, principalmente, de Mikhail Gorbatchev, na URSS, pareciam dar razão aos teóricos da convergência dos sistemas, ainda que Gorbatchev, com as suas políticas de *Glasnost* (transparência) e *Perestroika*

(reestruturação), desequilibrasse a convergência para um lugar geométrico muito mais perto das teses ocidentais.

Uma voz discordante era a de Raymond Aron, aliás, um dos autores que mais aprofundaram os estudos sobre o sistema político mundial. O sociólogo francês previa, em 1962, que de acordo com os precedentes históricos, a saída para a crise presente deveria ser o império universal. E, acrescentava: a saída da crise atual é, em teoria, ou uma federação mundial, progressivamente construída por acordo entre os Estados, ou um império mundial, imposto pela vitória de um dos candidatos ao poder supremo. É difícil, senão, impossível, conceber, no futuro próximo, ou previsível, um governo mundial. A ideia de um império universal pressupõe que um Estado ou um bloco eliminou os seus rivais e, estabilizou a sua vitória, integrando os vencidos numa ordem garantida pelo monopólio da violência. Na nossa época, esta hipótese equivale à derrota ou capitulação dos ocidentais.

Aron terá sido um dos analistas que menos erraram nas suas previsões, com esta ressalva importante: o império universal não resultou da capitulação dos ocidentais, mas, da capitulação do Leste. O certo é que, quando Aron elaborou este raciocínio, as reservas que no Ocidente insidiam sobre a possibilidade de um sistema unipolar, do tipo império mundial suceder à bipolaridade e, assentavam na previsão, de que seria o do império soviético.

Afinal, emergiu um sistema unipolar dominado pelos EUA. Talvez, por isso, tantos continuem a recusar catalogar o atual sistema como unipolar.

Há pouco e pouco, os analistas norte-americanos foram perdendo o pudor inicial na caracterização do sistema que emergiu no fim da Guerra Fria e, do papel nele assumido, por Washington.

Em fevereiro de 1992, o International Herald Tribune publicava um artigo de Patrick E. Tyler, "Pentagon's New Order: U.S.A. Reign Supreme", no qual se lê: "O Departamento de Defesa dos EUA, na Era Pós-Guerra Fria deverá assegurar que nenhuma superpotência rival será autorizada a emergir na Europa Ocidental, Ásia ou no território da anterior, União Soviética. Um documento de 46 páginas, que circulou nos mais elevados escalões do Pentágono, declara que parte da missão dos EUA será convencer os potenciais competidores, de que não devem aspirar a um grande papel ou prosseguir numa postura mais agressiva, para protegerem os seus interesses legítimos". O documento classificado, aponta para um mundo dominado por uma superpotência, cuja posição pode ser perpetuada por um comportamento construtivo e, poder militar suficiente, para dissuadir qualquer nação ou grupo de nações, de desafiar a superpotência dos EUA. O que é mais

importante, diz o documento, é o sentimento de que a Ordem Mundial está no final das contas, encostada aos EUA e, os EUA podem ser colocados em posição de agir, independentemente, quando ações conjuntas, não possam ser acordadas, ou numa crise que exija resposta rápida. Oficiais da administração Bush disseram, publicamente, há algum tempo que desejavam trabalhar dentro da ONU, mas, que reservavam a opção de agir, unilateralmente, ou através de coligações seletivas, se necessário, para proteger os interesses vitais dos EUA.

Os EUA assumiram essa função diretora num mundo unipolar, com a consciência de que o seu poderio militar era um instrumento decisivo desta liderança.

As Características Fundamentais da Nova Ordem Mundial, Pós II Grande Guerra

Couto (2007), classifica como unipolar, um sistema em que o poder se concentra num único polo, podendo, neste modelo, conceber-se três tipos distintos:

- A Confederação Mundial, em que vigora uma instituição de poder mundial, supra estatal como vértice de uma pirâmide de instituições nacionais e regionais subordinadas, no qual, o poder mundial se exerce de forma indireta e descentralizada;
- O Estado Universal, que corresponde a um modelo político integrado, centralizado, com instituições estatais mundiais, exercendo o poder diretamente sobre toda a comunidade internacional, sem estruturas estatais intermediárias e sem fronteiras políticas nacionais;
- O Império Mundial, quando permanecem instituições estatais diferenciadas, exercendo a soberania dentro das suas fronteiras, mas, um Estado se sobrepõe aos demais, dominando todo o sistema, impondo as regras e, arrogando-se mesmo o direito de ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, através de formas de coação, que vão da mais benevolente suscitação, passando pelas mais duras formas de pressão, até às modalidades de intervenção mais violentas.

Assim sendo, pode-se observar que, seguramente, não são as duas primeiras definições que se sobressaem no novo panorama da Ordem Mundial. Pelo contrário, trata-se da terceira alternativa acima exposta, qual seja, aquela que fala sobre o Império.

O Império Mundial seria um sistema que resultaria se um Estado viesse a governar todo o globo, através da demonstração de uma força de tal forma superior e, com tal

ubiquidade, que fosse capaz de rapidamente aniquilar qualquer foco de resistência que tendesse a gerar-se no interior do sistema.

Portanto, conceitualmente, tendo entrado o mundo Pós-Guerra Fria numa era em que vigora um sistema unipolar, o único sistema que se pode identificar a realidade atual da Nova Ordem Mundial ou, da Globalização, é o do Império Mundial, capitaneado pelos EUA.

Em face deste enquadramento teórico, procura-se descrever a situação que resultou do desabamento da Ordem Bipolar. Em 1996, Monteiro salientou que a situação no Brasil e na América Latina, no qual faz a análise do Novo Ordenamento Internacional, saído da Guerra Fria, chamado NOM (Nova Ordem Mundial), colocou em destaque os aspectos que caracterizam a atual situação mundial:

- Existência de uma só superpotência militar;
- Sobrevivência de uma formidável aliança militar, desprovida de inimigos definidos;
- Tendência para a formação de megablocos econômicos e, para a decorrente competição entre eles, como Estados diretores;
- Internacionalização de mercados, de mercadorias e serviços, inclusive, capital;
- Metamorfose política e econômica dos ex-países socialistas;
- Conflito latente Norte/Sul, alimentando, entre outros fatores, pelo fato do Norte, com cerca de 20% da população mundial, deter em torno de 80% da riqueza circulante no planeta;
- Perda do poder de barganha dos países periféricos;
- Prevalência das relações de mercado no âmbito mundial, mas, com os EUA não deixando de priorizar as situações que possibilitem ameaças à sua segurança;
- Introdução, na agenda global, dos chamados novos temas, como direitos humanos, meio ambiente e narcotráfico, que criaram condições para os centros mundiais de poder adotarem novas atitudes nas relações internacionais, em defesa de seus valores e interesses-soberania limitada, dever de ingerência e controle das tecnologias sensíveis.

Além dos aspectos supracitados, convém adicionar outros aspectos:

- Emergência de novas confrontações de raiz ideológica, já não com base em doutrinas político-sociais, mas, baseadas em fundamentalismos religiosos, étnicos e nacionalistas;
- Reflexos do conflito Norte/Sul, salientado por Monteiro, na pressão demográfica, que se traduz no forte crescimento dos fluxos migratórios no sentido Sul/Norte;
- Proliferação de fenômenos separatistas, de fragmentação de espaços políticos nacionais ou federais, mas, que constituíam entidades políticas autônomas, por vezes, associados à dinâmicas de fusões, isto é, tendentes a integrar ou aproximar os espaços dissidentes em outros espaços políticos;
- Surgimento de uma nova tipologia de conflito, que vem dando lugar à reformulação dos conceitos da guerra, naquilo que se denominou a revolução nos assuntos militares;
- Aumento progressivo da diferença que separa o potencial militar norte-americano dos seus seguidores imediatos, fazendo com que os EUA disponham, hoje, de uma capacidade militar superior ao resto do mundo, capacidade esta, que será reforçada, no futuro próximo;
- Opção unilateralista da administração norte-americana, nas tomadas de decisões sobre problemas globais, desvinculando-se de tratados ou compromissos internacionais que possam condicionar as suas opções, aceitando participar nas grandes organizações mundiais de segurança coletiva, principalmente, a ONU e a OTAN, apenas, na medida em que estas estejam disponíveis para apoiar os seus desígnios.

Perante este quadro da realidade objetiva atual e, levando-se em consideração as definições teóricas, precedentemente elencadas, não haverá surpresas, se apesar de não colher a unanimidade, se assuma que o sistema da Nova Ordem Mundial, além de unipolar, é do tipo Imperial.

No final da era Clinton, já surgiam vozes que ainda não se referiam ao Império americano, mas, já falavam em hegemonia americana.

Ramonet (1997), entre muitos outros autores, que já se manifestaram sobre esta questão, a partir de um documento expedido pela Casa Branca, tece considerações muito

semelhantes para concluir sobre a natureza imperial do poder norte-americano, pondo a tônica na opção assumida por operações preventivas e preemptivas. Diz ele que, os “EUA não hesitarão em agir sozinhos a título preventivo”, porque um império não se verga a qualquer lei que não tenha sido por si promulgada. A sua lei tem a vocação de se transformar em Lei Universal. Cita o próprio presidente Bush, na entrevista que concedeu a Bob Woodward: “somos líderes do mundo. E um líder deve ter liberdade de ação”.

A lógica neoimperial assenta-se, então, nos mesmos fundamentos da lógica dos impérios coloniais, com a diferença de que aquela é, agora, aplicada à dimensão global e, não se traduz em ocupação territorial, em exercício de soberania direta, em apropriação de matérias-primas. Trata-se de um controle indireto, mas, baseado nos instrumentos de poder de sempre: militar, econômico e midiático.

Assim, após a Segunda Grande Guerra, as tropas dos EUA permaneceram na Europa e no Japão. Depois da Guerra da Coreia, mantiveram-se na Coreia do Sul, em Taiwan e no Sudeste Asiático. Em face das crises sucessivas no Oriente Médio, estabeleceram bases na Bacia Mediterrânea. Com o primeiro conflito, depois da Guerra Fria, no Golfo, em 1991, reforçaram a sua presença na Arábia Saudita e no Kuwait e, com a Guerra dos Balcãs, começaram a instalar-se em países do antigo Pacto de Varsóvia.

A guerra no Afeganistão e a importância que vem assumindo a questão petrolífera do Mar Cáspio, levaram a que, pela primeira vez, os EUA criassem bases militares no Cáucaso e, nos países da Ásia Central, que haviam pertencido à URSS e, que a Rússia continua a considerar o estrangeiro próximo, dentro da sua área de influência natural. Com a guerra no Iraque, em 2003, anunciaram a intenção de manter bases militares permanentes neste país.

Muito além da Europa e América Latina, regiões que se inscrevem, tradicionalmente, na sua área de influência, Washington dispõe de bases militares espalhadas por milhares de quilômetros, desde o Oriente Médio, até o Oriente Asiático, muitas delas, em zonas até há pouco consideradas hostis. Em conjugação com a atividade das suas esquadras navais e, com o sistema de vigilância por satélites, pode dizer-se com propriedade, que na entrada do século XXI, as Forças Armadas Norte-Americanas patrulham o mundo inteiro. De nenhuma dessas bases, a América dá sinais de pretender retirar-se.

A Federação Russa na Nova Ordem Mundial

Se um dos fenômenos mais relevantes desta Nova Ordem Mundial é o desaparecimento da URSS, como superpotência e, a incapacidade da Federação Russa para substituí-la, a que se ter em conta, o esforço deste país para recuperar aquele Estatuto.

A Rússia tentou, inicialmente, manter o espaço de influência da antiga URSS, através da criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e, da formulação do conceito de estrangeiro próximo, segundo o qual teria prioridade para intervenção nesses países, em ações de manutenção da paz ou quando esta estivesse em risco. Por outro lado, afirmava a sua oposição à expansão da OTAN para Leste, incluindo, países do antigo Pacto de Varsóvia.

Estes objetivos da Rússia foram, imediatamente, frustrados com o fim da Guerra Fria, quando a unificação alemã levou à integração da antiga República Democrática Alemã (RDA), na Aliança Atlântica. Desde então, a Rússia tem demonstrado não ter capacidade para impedir o avanço progressivo do Ocidente e, da influência norte-americana para as suas antigas áreas de influência. Ainda antes do 11 de Setembro, dera-se a adesão da Polónia, República Tcheca e Hungria à OTAN; depois daquela data, na cimeira de Praga, de novembro de 2002, foram feitos convites à Eslováquia, Eslovênia, Bulgária, Romênia e aos três países bálticos, Estónia, Letónia e Lituânia, estas antigas repúblicas da URSS que, não só isolam parte do território russo, Caliningrado, como constituem um sério obstáculo para o acesso da Rússia ao Mar Báltico.

A guerra no Afeganistão contra a Al Qaeda e o Regime Talibã, deu aos EUA, a possibilidade de se instalarem, militarmente, nas antigas Repúblicas turcôfonas soviéticas da Ásia Central, países da CEI, de onde Washington poderá assegurar a defesa dos seus interesses, na bacia petrolífera do Mar Cáspio. Os EUA passaram a estar, militarmente, instalados no coração da área de influência tradicional russa.

Se alguma coisa marca com tanta nitidez a unipolaridade do sistema é a subordinação da Federação Russa, aos interesses e decisões de Washington, acabando sempre por calar os seus protestos a troco de alguma ajuda financeira ou da tolerância, em face da atuação russa em regiões sensíveis da Federação, principalmente, no Cáucaso, como tem acontecido depois do 11 de Setembro, quando Moscou manifestou a sua solidariedade e disponibilidade para colaborar com Washington.

Depois da implosão da URSS, as ameaças separatistas com base em manifestações nacionalistas e religiosas projetaram-se no interior da própria Federação Russa, na qual o Cáucaso é a região mais sensível e a Chechênia a sua expressão mais dramática.

É uma ameaça com reflexos em toda a Federação e, que tem dado lugar a atentados terroristas em várias regiões e, até em Moscou. E, principalmente, tem denunciado a debilidade russa até na sua estrutura militar, onde a componente nuclear estratégica é a única que continua a conferir-lhe o Estatuto de Grande Potência.

A Rússia está mesmo em risco de perder para a República Popular da China, o Estatuto de Potência líder na esfera eurasiática, mas, tentativas que se vão esboçando de constituição de um bloco eurasiático, capaz de compensar a crescente hegemonia norte-americana do Pós-Guerra Fria, nas quais Pequim está a revelar alguma iniciativa, inclusive, na aproximação às antigas Repúblicas Soviéticas do Centro Asiático.

A União Europeia na Nova Ordem Mundial

A União Europeia é encarada como o bloco que, potencialmente, terá melhores condições para compensar a unipolaridade do sistema hegemonizado pelos EUA. Contudo, tem tardado a definir um Estatuto Político que lhe permita ultrapassar a mera condição de União Económica e Financeira.

Em termos geoestratégicos, tem sido óbvia a sua conformação com uma situação de dependência, em relação à Washington, através da OTAN, abdicando de uma iniciativa autónoma mesmo em zonas onde a instabilidade ameaça muito mais a sua segurança, do que a da América.

Durante vários anos, a União Europeia debateu-se com o dilema de escolher entre a possibilidade da união da Europa Ocidental, se transformar num instrumento de defesa autónoma da União, ou manter-se como o pilar europeu da OTAN, aceitando a inevitável subalternidade aos interesses norte-americanos que a lideram. Na cimeira da OTAN, de Washington, de abril de 1999, em que foi aprovada a reformulação do conceito estratégico, os países europeus aceitaram definir aí - numa reunião que não era da União Europeia, onde não estavam presentes todos os seus membros e, que estava sujeita à influência preponderante de uma potência alheia à união – a Política Europeia de Segurança e Defesa, que optava pela segunda opção, isto é, manter-se como pilar europeu da OTAN.

A UE tarda a encontrar uma política de defesa comum e, dificilmente, a encontrará enquanto não definir o seu Estatuto Político. A grande divisão na UE e, que a questão do Iraque, nos princípios de 2003, pôs em destaque é, exatamente, entre os parceiros mais atlantistas e, os parceiros mais europeístas. A Nova Ordem Mundial, com o desaparecimento da ameaça do Leste e a sombra do neoimperialismo norte-americano, aprofundou esta divisão.

Os EUA não deixam de encarar com preocupação a eventual emergência de uma UE alargada, que se possa transformar numa potência concorrente, mas, procurarão manter a capacidade de interferir no seu interior, através de parceiros preferenciais e sempre disponíveis.

A República Popular da China na Nova Ordem Mundial

A potência que na previsão de muitos analistas pode vir a ser, num futuro próximo, mas, não imediato, a concorrente à partilha do poder global com os EUA é a República Popular da China, dado o seu enorme potencial humano, a sua dimensão e posicionamento geográficos e o seu crescimento económico. Estes analistas pensam que a ascensão da República Popular da China à categoria de superpotência é uma das marcas da Nova Ordem Mundial.

A República Popular da China é já, hoje, a potência mais importante na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático. Controla uma parte importante do *rimland* e, tem uma posição privilegiada sobre o Pacífico Ocidental. Muitos estudiosos, sobretudo, norte-americanos, defendem que com o fim da Guerra Fria e do Conflito Leste-Oeste, que era predominantemente europeu, na Nova Ordem Mundial, a centralidade global passou do Atlântico para o Pacífico, acrescentando que no Pacífico Ocidental já se pode falar numa bipolaridade partilhada entre a potência terrestre chinesa e a potência marítima norte-americana.

A República Popular da China mantém um contencioso com os EUA por causa de Taiwan, que em momentos de crise surge sempre como uma das maiores ameaças à paz mundial. Depois da integração pacífica de Hong Kong e Macau, com os Estatutos de Regiões Políticas Especiais dentro do princípio “um país, dois Sistemas”, Pequim prossegue o seu projeto irredentista de uma só China, que reforçaria o seu papel de potência regional no Pacífico Ocidental.

Inversamente, a República Popular da China continua a enfrentar ameaças separatistas, sobretudo, no Tibet e no Xinjiang islâmico. A aliança antiterrorista depois do 11 de Setembro, ao lado dos EUA, permitiu-lhe alcançar a compreensão da hiperpotência, ainda que de conveniência conjuntural, para a luta contra os movimentos separatistas nestas repúblicas.

Os EUA têm evidenciado preocupação quanto à eventualidade de surgir uma nova potência líder na Eurásia. É possível que a República Popular da China não esteja vocacionada para esse papel, mas, pode e, parece tentar constituir um bloco asiático, com a Rússia, a Índia, o Irã e os países turcôfonos da Ásia Central, que seria uma nova versão da potência terrestre, controlando o *heartland*- com a vantagem de esta ser uma potência terrestre com saída para os oceanos, principalmente, para o Pacífico, que será como já atentou-se, ao novo *middle ocean* do século XXI.

O Terceiro Mundo na Nova Ordem Mundial

Uma última e, breve referência, à forma como o Terceiro Mundo encara esta Nova Ordem Mundial, terminologia que os próprios Países Não Alinhados acolheram nas suas reivindicações iniciais. Em abril de 1955, na Conferência de Bandung, os Países Não Alinhados apresentavam os 10 princípios em que deveria basear-se uma Nova Ordem Mundial. Era, no entanto, uma Nova Ordem em favor dos fracos, com a marca da descolonização, que não tinha nada a ver com aquela que seria anunciada por George Bush, em Aspen, 35 anos depois, a Nova Ordem ditada pela potência dominante e com a marca da vitória na Guerra Fria.

A Nova Ordem Mundial exigida pelo Terceiro Mundo constituía um apelo à igualdade das raças, das nações, dos Estados, à não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, principalmente, por parte das grandes potências, à recusa do uso da força na resolução dos conflitos, à cooperação no respeito pelos compromissos internacionais.

Paradoxalmente e, com alguma ironia para os países do Terceiro Mundo, que tinham tido a iniciativa de recuperar a terminologia da Nova Ordem Mundial como uma necessidade para substituir o Sistema Bipolar, a Nova Ordem veio, na sua perspectiva, a ser dirigida contra eles. A primeira intervenção militar no quadro da Nova Ordem Mundial foi a Guerra do Golfo, dirigida pela hiperpotência global, contra um Estado do Terceiro Mundo, iniciando um quadro de conflito global que se transferiu do Eixo Oeste-Leste para o Eixo Norte-Sul.

O Terceiro Mundo, que deveria constituir a preocupação prioritária de uma Nova Ordem que se pretendesse reguladora das assimetrias, das desigualdades e das injustiças que têm em grande parte, estado na base do conflito intra e interestatal, descobre-se nesta mesma Nova Ordem, mais dividido, mais empobrecido, mais fragilizado, mais marginalizado, palco de mais conflitos que se tornam endêmicos. Hoje, no Terceiro Mundo, distinguem-se países em vias de desenvolvimento e países subdesenvolvidos, Estados fracos e Estados falidos e, no interior de cada um deles, enormes desigualdades econômicas, sociais e culturais. Além disso, na óptica da potência hegemônica, conforme se inserem ou não, na lógica dominante, há ainda os *rogue states*, Estados páreas, Estados fora da lei, Estados marginais ou, numa terminologia menos radical, *states off concern*, isto é, Estados que são fonte de preocupação sempre, Estados do Terceiro Mundo. E, é no Terceiro Mundo, que se situam os Estados do Eixo do Mal, assim classificados pela potência diretora do Sistema.

Com a Nova Ordem Mundial, o Terceiro Mundo, no seu conjunto, continua dependente, mas, com uma rede de dependências múltiplas, da assistência econômica, da assistência técnica, da ajuda humanitária e da ajuda militar, mas, está também, mais em conflito, envolvido numa teia de conflitos complexa, conflitos internos, conflitos regionais, novos tipos de guerra inseridos na revolução nos assuntos militares. Para o Terceiro Mundo, o fim da Guerra Fria trouxe uma nova desordem mundial.

O Relatório “A Europa e o Estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial de Paz”, assinado por Marshall e, destinado à 40ª Sessão Ordinária da Assembleia da UEO, de 15 maio de 1995, diz: “A ideia de criar uma Nova Ordem Mundial só convencerá a maioria dos países menos privilegiados, se eles não tiverem a impressão de que este projeto poderá levar a um sistema hegemônico, dirigido por um clube restrito, composto de países muito desenvolvidos, concebendo um modelo de neocolonialismo”.

É o que diz Chester Crocker, ex-Secretário de Estado dos EUA, no livro intitulado: “A Transição para uma Ordem Mundial Decente falhará se limitarmos o Foco das Nossas Preocupações às Zonas do Mundo mais Desenvolvidas e Ocidentalizadas. Muitas vezes, o nosso debate sobre a Ordem Pós-Guerra Fria sugere que podemos tratar a África, a América Latina, o Oriente Médio e a Ásia do Sul e Sudeste, como desperdícios estratégicos não merecedores de atenção cuidadosa. Na verdade, estas regiões contêm as más vizinhanças do mundo, onde a turbulência política, os conflitos endêmicos, as tragédias humanas em massa se concentram. Mas, empurrar para os subúrbios não é uma resposta viável para os bairros efervescentes que se situam nas nossas margens”.

De fato, a Nova Ordem Mundial saída da Guerra Fria está muito longe de ser a Ordem de uma aldeia global, de uma casa comum e, tem sido muito mais a desordem de uma casa dividida em compartimentos muito desiguais.

Perante uma Nova Ordem Mundial com tais características, dificilmente, se poderia encontrar posições, preocupações ou objetivos comuns, num conjunto de países que, apesar da designação genérica de Terceiro Mundo, se agrupam em torno de fatores tão diferenciados.

Países produtores de petróleo, conhecidos por “Primeiro Mundo dentro do Terceiro Mundo”, mas onde, na sua maioria, se aprofundam as desigualdades entre ricos e pobres e, os quais, se por um lado são de interesse vital para a hiperpotência, por outro, dispõem de trunfos negociais na cena internacional.

Países detentores de armas nucleares, o que só por si lhes confere Estatuto de Grande Potência, independentemente de outros fatores triplicadores.

Países islâmicos que assumem uma identidade ideológico-religiosa própria, dentro do Terceiro Mundo e, são, hoje, olhados por muitos, como a principal ameaça global para o Ocidente.

Países concorrentes a membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, numa eventual e, anunciada reestruturação da referida entidade e, que como tal, aspiram ao reconhecimento de um Estatuto de potência com influência global.

Estados falidos onde proliferam organizações transnacionais de crime organizado, da droga, do tráfico de armas, do recrutamento de mão de obra clandestina, das redes de prostituição e, que constituem as arenas privilegiadas, onde se desenvolvem os germens da Terceira Guerra Mundial, entre ricos e pobres, conforme já se sabe de longa data.

É por tudo, isto que as várias Zonas de Tensão e Conflitos que se situam, predominantemente, no Terceiro Mundo, mas, se distinguem muito umas das outras, certamente, em virtude dos diferentes fatores permanentes ditados pela Geografia e pela História, mas também, em virtude de distintos fatores variáveis, decorrentes dos graus de desenvolvimento, dos sistemas políticos, das disputas territoriais e das influências externas, entre tantos outros.

Considerações Finais

Segundo a diretora-administrativa do FMI, na inauguração das reuniões anuais do órgão, em Washington: "Em 2019, esperamos um crescimento mais lento em quase 90%

do mundo. A economia global está, hoje, em desaceleração sincronizada". A situação, em conformidade com pesquisas realizadas encontra-se em uma estagnação sincronizada.

O que está promovendo essa desaceleração, especialmente acentuada, na indústria e no comércio? Ao que parece, a resposta seria a crescente incerteza que se deve às tensões comerciais persistentes, a instabilidade política, os riscos geopolíticos e as preocupações com a eficácia limitada do estímulo monetário.

Assim sendo, o FMI, em sua última Previsão Econômica Mundial, projetou um crescimento da produção mundial de apenas 3%, em 2019, abaixo dos 3,6% de 2018. Nos países de alta renda, o crescimento agregado previsto é de 1,7%, abaixo dos 2,3% do ano de 2018. Nas economias emergentes, o declínio é de 4,5%, para 3,9% no ano de 2019.

O crescimento do volume do comércio mundial foi previsto, em apenas 1,1% neste ano (2019), contra 3,6% no ano anterior (2018). Isso está muito abaixo do crescimento da produção: significa desglobalização, pelo menos em relação ao comércio.

Além das questões de natureza econômica supracitadas, não se pode ignorar outros problemas que estão, contemporaneamente, acarretando mudanças no quadro global.

Na verdade, observa-se a eclosão de movimentos separatistas, tais como o da Catalunha, na Europa e, de Hong Kong, na Ásia. Nos dois casos, as populações protestam pleiteando maior autonomia e democracia.

Na América Latina, outros movimentos sociais de protesto estão surgindo, entre eles, o do Chile, do Equador e da Bolívia. No caso chileno, o protesto é colocado como se ele fosse o estopim de um descontentamento relativo ao aumento das tarifas dos transportes. Todavia, um exame mais detido do contexto chileno mostra que, em nível conjuntural, as instituições estão absolutamente desorientadas e despreparadas. Além disso, há casos de triangulação de dinheiro público com fins espúrios, financiamento oculto à política e, um profundo senso de injustiça quanto à aplicação da justiça, que resulta em imposição de penas draconianas a alguns e de penas, apenas, simbólicas a outros.

No que concerne ao Equador, os protestos foram devidos à retirada do subsídio referente a gasolina. Neste caso, os protestos foram tão violentos que o governo transferiu-se de Quito para Guayaquil. Ressalte-se que a ala que mais protestou foi aquela representada pela comunidade indígena e, a situação só foi dirimida, quando o governo voltou atrás, no que se refere ao subsídio dos combustíveis, abrindo diálogo com a comunidade indígena equatoriana.

No que diz respeito à Bolívia, é sabido de todos que já tinha ocorrido um plebiscito neste país, para averiguar-se a posição do povo boliviano, em torno da pretensão de Evo Morales, Presidente da República, de se recandidatar a um quarto mandato. No referido plebiscito, o povo boliviano disse não a esta pretensão do, então, primeiro mandatário boliviano. Entretanto, nas recentes eleições, ocorreram problemas envolvendo a contagem de votos. Num dado momento, o órgão supremo que preside o processo eleitoral, suspendeu a contagem dos votos, para assinalar, posteriormente, em caráter público, que Evo Morales estava eleito, não necessitando de um 2º turno. Ocorre que, o povo boliviano duvidou dos resultados e considerou que estavam ocorrendo fraudes eleitorais. O órgão responsável pelo processo eleitoral convocou, então, uma equipe técnica da Organização dos Estados Americanos (OEA) para consumir uma nova contagem dos votos. A recomendação da OEA e da ONU foi de que deveria ser considerada uma votação de 2º turno. Todavia, a referida recomendação não contou com o consórcio de Evo Morales, o qual salienta que logrou êxito já no 1º turno e não mais haverá necessidade de um 2º turno. Desta forma, o impasse continua permanecendo.

Torna-se interessante a constatação de que esses movimentos nasceram no seio da própria iniciativa popular, valendo-se das redes sociais ou dos diálogos mantidos, diretamente, entre os integrantes da população. Isso, em determinados casos, torna difícil abrir uma interlocução com alguém que represente os que protestam, tendo em vista que não se divisa lideranças ou grupos organizados. Este fato é, sem dúvida, novo na realidade atual.

É digno de nota, também, no quadro mundial, uma tendência de governos, de diferentes Estados, com inclinação junto à direita, sob a ótica ideológica. Junto à esta realidade, torna-se visível uma grande polarização de pontos de vista, extremamente, radicais em que as pessoas não conseguem mais estabelecer um diálogo consistente e amadurecido, voltado para soluções mais lógicas, coerentes e plausíveis. Essa polarização tem sido atestada, não apenas, em discussões acirradas, conotadas nos parlamentos ao redor do mundo, mas, são muito claras, nas conversas entre outros grupos humanos, incluindo tal polarização, nas contendas divisadas, no âmbito das redes sociais.

Convém que se assinale, as atitudes assumidas pelo Presidente dos EUA, em caráter recente, retirando a esquadra norte-americana das áreas do Mar Oriental da China e do Mar da China Meridional. A retirada dos americanos do Iraque e os violentos protestos, que tiveram, posteriormente, lugar contra o governo do Primeiro Ministro iraquiano. Está muito claro que a população daquele país está descontente com o seu próprio governo. À

esta questão, junta-se a beligerância da Arábia Saudita contra o Iêmen, acarretando graves situações humanitárias, presentemente, vividas pelo povo iemenita.

Ateste-se, inclusive, a retirada norte-americana do norte da Síria, acarretando um grande descontentamento dos curdos que tinham os norte-americanos como aliados contra o Estado Islâmico. Quando parecia que a questão síria poderia lograr um término quanto à Guerra Civil, os EUA resolvem sair do norte da Síria, passando a serem vistos como traidores dos aliados de véspera, isto é, os curdos. A saída norte-americana deu margem a que a Rússia assumisse a liderança, do que ali estava ocorrendo, abrindo conversações com a Turquia que, na ausência norte-americana, colocou-se na porção setentrional da Síria, com o propósito de expulsar os curdos daquela região. Em conformidade com o acordo selado entre a Rússia e a Turquia, as duas nações passarão a patrulhar a área alvo do litígio, dando prazo para que os curdos saiam da referida área, cedendo este território para o retorno dos refugiados sírios, os quais em grande número estão na Turquia. O objetivo do Presidente turco é que os sírios retornem ao seu país. Por outro lado, deve-se assinalar que as tropas norte-americanas saídas do norte da Síria, rumaram para o Iraque, onde, atualmente, estão estabelecidas. Para finalizar, convém observar que, no final do mês de outubro (2019), os órgãos de imprensa noticiaram que os EUA voltaram a patrulhar uma parte da fronteira da Síria com a Turquia. Pelo visto, o quadro mundial, acima consignado, carece, totalmente, de estabilidade.

Identifica-se, ainda, que na tentativa de formar um governo de coalisão, o então Primeiro Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu salientou que iria, de fato, ocupar a área da Cisjordânia, em benefício de Israel, colocando em dúvida a viabilidade de um futuro Estado Palestino. Todavia, logo após as eleições, o Primeiro Ministro não conseguiu formar um novo governo e, esta tarefa, agora, está nas mãos do senhor Benny Gantz.

Pelo visto, a situação do Oriente Médio é, sumamente complexa, e persistem os conflitos e os riscos deles decorrentes.

Não se pode, também, olvidar o litígio comercial entre os EUA e a China. Os norte-americanos que constituem a hiperpotência mundial estão a observar que esse quadro de referência está, paulatinamente, mudando. Os EUA estão afeitos a aplicar pesadas sanções econômicas, à guisa de retaliações, contra vários países que não são detentores de muito poder. Mas, com a China, a questão é diferente, pois, o Estado chinês é, também, uma superpotência e, a negociação já não é fácil ou tranquila com este poderoso interlocutor, convidando os EUA a sentar-se à mesa de negociações para tentar resolver as pendências de ordem comercial. Ora, se a superpotência está negociando, porquanto

averiguou o poderio deste interlocutor, deu-se conta, que está, novamente, admitindo a existência de uma bipolaridade.

Para finalizar, é incontestável que o mundo, tendo em vista a sua enorme diversidade, vai pretender o retorno efetivo da multipolaridade. A superpotência começa a mostrar indícios de perda da sua supremacia hegemônica e total.

Referências

CORREIA, P. P. Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Lisboa: Edições 70, 2018.

COUTO, A. C. As Relações entre a Estratégia e a Política. Nação e Defesa, n.º 21, jan-mar. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional (IDN), 1982.

_____. Raymond Aron e a Teoria da Estratégia. Raymond Aron: A Paz e a Guerra no Século XXI. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional (IDN), 2007.

MONTEIRO, G. A Situação no Brasil e na América Latina. Nação e Defesa, n.º 77. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional (IDN), 1996.

RAMONET, I. La Géopolitique du Chaos. Paris: Éditions Galilée, 1997.

WOLF, M. Os formuladores de políticas econômicas globais estão brincando com fogo. Folha de São Paulo, 23. out. 2019. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/os-formuladores-de-politicas-economicas-globais-estao-brincando-com-fogo.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2019.